

# Esalq vai apurar caso de cartaz com ofensas a alunos

Intimidade sexual e características físicas de alunas e alunos foram expostas no Centro de Convivência



Cartazes foram afixados como forma de protesto contra atitude de alunos da Esalq

Estudantes da Esalq deram nova mostra de desrespeito e atitudes preconceituosas. Dessa vez, alunas e alunos foram ridicularizados em cartazes com definições vulgares sobre a intimidade sexual e características físicas de cada um. O material ficou exposto por cerca de quatro dias no Centro de Convivência no campus da universidade em Piracicaba, mas já foi

retirado. Ontem à tarde, a reportagem do **Jornal de Piracicaba** encontrou novos cartazes, esses em protesto à ação difamatória, colados nas paredes do local. O diretor da Esalq, Luiz Gustavo Nussio, explicou que uma sindicância foi instaurada para apurar o caso. Em nota, a USP confirmou, por meio da assessoria de imprensa, como a situação é tratada. A 6

## Cartazes ridicularizam estudantes

Intimidade sexual e características físicas de alunas e alunos foram expostas no Centro de Convivência da Esalq

André Thiefful  
andretiefful@jornal.com.br

Estudantes da Esalq/USP (Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz) deram nova mostra de desrespeito e atitudes preconceituosas. Dessa vez, alunas e alunos foram ridicularizados em cartazes com definições vulgares sobre a intimidade sexual e características físicas de cada um. O material ficou exposto por cerca de quatro dias no Centro de Convivência no campus da universidade em Piracicaba, mas já foi retirado. Ontem à tarde, o **JP** encontrou novos cartazes, esses em protesto à ação difamatória, colados nas paredes do local.

Ainda ontem, o professor Luiz Gustavo Nussio, diretor do campus, explicou que uma sin-

dicância foi instaurada para apurar o caso. Em nota, a USP confirmou, por meio da assessoria de imprensa, como a situação é tratada. "No início do mês de junho, a diretoria da Esalq tomou ciência da existência de material que foi exposto no mural do Centro de Vivência do Campus Luiz de Queiroz apresentando conteúdo inadequado ao ambiente universitário qualificado. Tendo em vista a ocorrência, a diretoria da Esalq informa que uma Comissão Sindicância já está atuando na apuração dos fatos".

Vítima do constrangimento público, uma aluna expôs em sua página em uma rede social a foto dos cartazes. Dividido em três colunas, o material trazia nomes de alunas e alunos e na frente marcações que significavam notas atribuídas às características das víti-



Luiz Gustavo Nussio, diretor do campus: sindicância instaurada

mas. "O cartaz era preenchido por ingressantes quando iam almoçar ou jantar na determinada república e, para marcar o fim do acontecimento, a república dona do car-

tez achou que era tranquilo expor publicamente o nome das mulheres (e também homens na última coluna) em um ambiente público", postou a estudante.

O sociólogo Antonio Ribeiro de Almeida, docente da Esalq, classificou os cartazes como preconceituosos. "É uma afronta. Se trata de um crime de difamação. É muito agressivo, expõe as mentes e não há identificação dos autores", disse. Segundo ele, apenas sindicâncias — atualmente há 17 em andamento, de acordo com o diretor do campus — não resolvem a questão. "É preciso trazer especialistas para discutir educação, saúde, sexualidade, homossexualidade, entre outros itens", Almeida diz que já houve relatos desse tipo de comportamento, mas até este ano os cartazes ficavam restritos às repúblicas.

**CPI** — Práticas impostas aos alunos ingressantes na Esalq pelos calouros foram amplamente denunciadas na CPI (Comissão Par-

lamentar de Inquérito) que investigou violações de direitos humanos na Alep (Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo). A comissão encerrou os trabalhos em 15 de março. "Piracicaba (Esalq) é a campeã da tortura, da vergonha. Deva para fazer uma CPI só da Esalq", disse ao **JP** em janeiro o ex-deputado Antonio Diogo (PT), então presidente da CPI.

O relatório final pediu, entre outros itens, a abertura de inquéritos civis nos ministérios públicos Estadual e Federal e Polícia Civil para apurar os abusos denunciados pela comissão. Fede ainda a responsabilização dos dirigentes das universidades e faculdades públicas "que se omitiram na apuração e punição dos casos de violação de Direitos Humanos colados por esta CPI", traz trecho do relatório final.